



DEPOIMENTO

Wolfgang Lenk
Professor do Instituto de Economia
da Univ. Fed. de Uberlândia (UFU)

Feitos quinze anos da primeira edição de Leituras de Economia Política, o atual conselho editorial promove neste número um balanço da publicação e do trabalho daqueles que estiveram à sua frente. A comemoração de um período que, vejamos, parece arbitrário – o balanço poderia ter sido feito ao fim de dez, vinte ou cinquenta anos – acredito que não é aleatória. É uma evidência de que a revista, depois de um período de desmobilização, foi capaz de se renovar e continuar o trabalho. Por isso, volta-se agora para uma auto-avaliação. Atendendo ao pedido do conselho editorial, apresento aqui um testemunho pessoal do trabalho que dediquei à revista durante esse tempo.

Particpei da elaboração da LEP entre os anos de 2000 e 2002, depois entre 2005 e 2007, aproximadamente.¹ Sobretudo, no preparo da edição especial de História Econômica, publicada em 2001, junto aos colegas daquele programa de pós-graduação: Rogério Naques, Ricardo Zimbrão, Nicélio Barros, Verónica Secreto e Domingos Sávio, entre outros. Em conjunto, os mestrandos e doutorandos do programa debatiam entre si a situação das pesquisas na área, que perdia seu espaço enquanto se aprofundava a crise das esquerdas, seguida ao colapso da União Soviética. Entre os historiadores, devido ao movimento de antropologização promovido pela nova “nova história”,

(1) Aliás, nunca soube se há no nome qualquer remetimento ao Visconde de Cairu, que é autor de obra homônima.

que implicou tanto na abertura do foco para uma variedade de temas prosaicos do acontecer humano, quanto no fechamento para a história econômica, fruto do ataque ao “economicismo marxista”. Entre os economistas, devido à vitória, no campo ideológico, da economia vulgar, a crença na naturalidade (portanto, ahistoricidade) das relações econômicas. O número 8 da LEP foi um dos frutos da discussão, como um meio de demonstração da atualidade, da relevância e da abertura existente para a produção acadêmica na área. Assim, trabalhamos intensamente para que todas as etapas da produção fossem concluídas a tempo, para que fosse apresentada aos participantes do IV Congresso Brasileiro de História Econômica. Ali, rapidamente tornou-se a primeira edição da revista a se esgotar.

A organização da revista em torno de um recorte temático, ou de área, mostrou então ser uma boa prática. Artigos reunidos em debate, ou com maior relacionamento entre si, tornam mais explícita a intertextualidade presente em cada trabalho. Fica melhor a leitura, pois pode-se contrapor textos com perspectivas distintas, ou perceber a vinculação entre temas diferentes. O número 8 não era exatamente inédito nesta iniciativa: lembro de participar pela primeira vez na revista (por convite do amigo Davi Antunes) quando se cogitava a elaboração de um volume organizado em torno dos autores do curso de Interpretações do Brasil, marco inegável na formação proposta aos pós-graduandos do Instituto de Economia. O projeto não veio a ser realizado em toda a sua abrangência, mas também veríamos mais tarde a elaboração de edições com grande complementariedade de artigos na área de Economia do Trabalho.

Contribui com a elaboração de outros números da revista. Ao longo do meu doutoramento, porém, percebi que o conselho editorial da revista estava cada vez mais reduzido, e procurei alertar os colegas da pós-graduação. Eu mesmo, então, imerso em atas e consultas do Conselho Ultramarino, não podia cumprir adequadamente com o trabalho da publicação, e felizmente um grupo novo e numeroso assumiu as atividades, de maneira a reestabelecer sua periodicidade,

como é possível perceber agora, em 2010: são quatro edições desde 2007, enquanto entre 2002 e 2006 foram apenas duas.

Muito disso foi acompanhado de uma certa busca de inclusão da revista no sistema Qualis de avaliação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES. Era uma questão sempre presente, pelo menos, quando debatíamos a necessidade de revitalização da revista. Todavia, não acredito que deva ser esta a finalidade do trabalho. A avaliação dos centros de pesquisa no Brasil por vezes parece um sistema auto-referente, no qual programas de pós-graduação são avaliados pela nota das publicações onde seus professores publicam e as publicações são avaliadas pela nota dos programas onde trabalham seus autores. Ou então, por critérios alienígenas de classificação, que interessam a um circuito fechado de ideólogos mas pouco ou nada colaboram para a universidade no Brasil. Nada contra a necessidade das avaliações, mas entendo que essa preocupação esteve ausente na proposta fundamental da LEP, e deve continuar em segundo plano nos próximos quinze anos, restrita talvez ao atendimento da periodicidade mínima (semestral) e da atenção para a qualidade dos artigos.

A busca pela qualidade, aliás, deve ser uma atividade constante. O sistema de pareceres anônimos não pode ser um procedimento formal, mas um mecanismo que promova o debate e ofereça aos autores um leitura crítica e honesta de seus artigos. Ao mesmo tempo, atende ao anseio do leitor que procura material de qualidade para sua aula ou sua pesquisa, e que deposita sua confiança na revista. É importante que seja recusados os artigos de resultados duvidosos e os resumos apresentados como revisão bibliográfica. Em ocasiões (poucas), isso pode ser um trabalho difícil e conflituoso – por isso mesmo deve-se exigir embasamento e argumentação dos pareceres, bem como proteger o anonimato do parecerista. Certa vez, encontrei no hospital um autor de artigo que havia sido reprovado para publicação, já havia alguns anos. Eu estava lá devido a um acidente de minha mãe, e ele mesmo havia sofrido um acidente em casa, estava atordado e sob medicamentos. Questionou, com raiva, o motivo da

reprovação. É uma situação extraordinária, pois o colega estava hospitalizado e fora de si. Mas indica o cuidado que é necessário na análise de cada artigo e no relacionamento com autores e pareceristas.

Enfoque temático, organização, periodicidade, qualidade são, portanto, orientações importantes, do meu ponto de vista. Sobretudo, acredito que o espírito da LEP seria perdido se não sustentasse uma perspectiva crítica sobre a economia capitalista. Há uma variedade de apostas possíveis em meios de superação do capitalismo, e o diálogo nem sempre é harmonioso. Todavia, o que temos na revista são Leituras de Economia Política. Se a publicação não se mantiver delimitada, em sua linha editorial, na recusa da cientificidade da economia vulgar, será apenas mais uma no extenso rol de falseadores das relações humanas e perderá qualquer sentido que venha a ter.
